

A ESCOLA NO ÂMBITO DA SURDEZ

O Ponto de Partida Para a Inclusão Social

Ana Paula Ferrari

Professora: Angela Radloff da Rocha

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Licenciatura em Pedagogia (PED0697/1) – Prática Orientada do Módulo I

06/11/2012

RESUMO

A inclusão social está presente em muitos debates propostos pela sociedade. As principais questões em discussão envolvem especialmente a escola, já que esta de fato é que abrirá as portas da sociedade a todos aqueles que até certo tempo eram excluídos dela. A surdez ganha lugar de destaque nestas discussões, pois é uma das poucas deficiências em que a família poderá interceder. A partir da análise de publicações de alguns estudiosos da área, como Santana (2007) e Alves (2010), nós abordaremos como é tratada a surdez em sala de aula e os diferentes caminhos para a inclusão social. O maior desafio é tornar a Língua Brasileira de Sinais utilizável em todo e qualquer lugar onde houver comunicação. Nesse sentido é necessária a conscientização de cada cidadão sobre direitos e deveres.

Palavras-chave: Inclusão social. Língua Brasileira de Sinais. Surdez.

1 INTRODUÇÃO

A escola é de fato o ponto de partida para a inclusão social. Não falamos de inclusão social apenas quando nos referimos às necessidades especiais, mas também quando falamos de crianças que saem do seio familiar para descobrirem na escola um mundo de possibilidades, de novas pessoas e novas formas de pensar. É a partir da escola que toda e qualquer pessoa começa a moldar seu papel dentro de uma sociedade complexa.

Se isso já se faz importante para crianças tidas como “normais”, pode-se imaginar a relevância que estas possibilidades se fazem diante de pessoas que até pouco tempo eram tidas como “anormais”. As ciências humanas buscam, através de seus estudos, formas de tornar possível

a inclusão de pessoas com deficiência, focando as discussões no que pode ou não ser considerado “anormal”, abrindo os olhos da sociedade para a normalidade de ser diferente.

A surdez pode ser considerada uma das deficiências que deveria ser mais facilmente incluída, já que um surdo não foge dos parâmetros de beleza, comportamento ou qualquer outro que fosse motivo de exclusão. Porém, a realidade está muito longe do ideal.

Desse modo, se apresentarão questões relacionadas à surdez e ao trabalho pedagógico e social a envolvendo, pretendendo-se analisar e diferenciar como é e como deveria ser desenvolvida a criança surda dentro da escola, na perspectiva da inclusão social. Inicialmente se abordará a surdez como deficiência e diferença e

a participação da família na escolha do tratamento dado a ela, bem como, as características clínicas da surdez. Em seguida é apresentada a Língua Brasileira de Sinais, seus parâmetros, sua importância e o seu desenvolvimento pedagógico em conjunto com a Língua Portuguesa, dentro da escola.

O desafio é promover o acesso à Libras para toda a sociedade, a fim de utilizá-la como modo de comunicação dentro e fora da escola, tornando-a quase que uma segunda língua oficial, o que possibilitaria a inclusão social da surdez de uma forma muito mais natural e aceitável.

2 INCLUSÃO SOCIAL E SURDEZ

Estamos em um momento em que a sociedade começa a perceber a importância das metas e ações para a inclusão social. Não somente os governantes, mas também os cidadãos começam a compreender e aceitar que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos e deveres de qualquer outro cidadão. Mas, assim como as demais pessoas, elas necessitam de meios que as possibilitem cumprir seus deveres e gozar de seus direitos.

Para tanto, seus meios se diferenciam dos demais, por conta de suas necessidades especiais. Compensar essas necessidades não é algo difícil, nem algo que foge do orçamento de qualquer governo. São metas simples, que já existem, mas que precisam ser implementadas.

No âmbito da surdez, tais metas e ações se tornam ainda mais simples, por não se tratar de mudanças físicas, apenas de formação e preparação de todos os envolvidos com o aluno surdo. Para que os envolvidos e toda a sociedade (já que ela faz parte do processo de inclusão) possam fazer sua parte nesta “missão”, é preciso que ambos conheçam o universo da surdez.

Desta forma, é preciso colocar à disposição de todos, respostas para perguntas que pairam sobre a cabeça de toda e qualquer pessoa que já se propôs a pensar na surdez em todo o seu contexto.

2.1 SURDO: DIFERENTE OU DEFICIENTE

Para dar início, colocamos em destaque o modo como a surdez é tratada, o que pode trazer diferentes caminhos para o fazer da inclusão social.

Segundo Santana (2007, p. 21, grifo meu):

Quando um pesquisador propõe determinadas abordagens para lidar com a surdez, não consegue ser imparcial, pois sua proposta sempre refletirá uma concepção própria de surdez. Tal concepção resulta do modo como cada estudioso encara a surdez, seja como **deficiência**, seja como **diferença**.

2.1.1 A surdez enquanto deficiência

Há estudiosos que tratam a surdez como uma deficiência. A estes, se apresentam soluções práticas, não necessariamente de inclusão, mas de ações que acarretarão na mesma. Seria esta permitir ao surdo ouvir e, conseqüentemente, falar.

Esta concepção de surdez é fortemente presente entre os estudiosos e profissionais das ciências biológicas, como os da saúde, que apresentam soluções médicas para a surdez, tal como o implante de aparelhos auditivos, entre outros.

Em um primeiro momento, a família, ao descobrir a surdez em um de seus entes, especialmente filhos, procura nesta concepção de surdez a busca pela “cura”. “É por isso que, de uma maneira ou de outra, os pais ouvintes procuram inicialmente garantir que seu filho possa falar”, diz Santana (2007, p. 14).

Isso se dá pelo choque causado ao receber esta notícia. Como alguém que não escuta poderá se comunicar com os pais e familiares e, mais adiante, com terceiros? Ainda segundo Santana (2007, p. 14): “Se lhes asseguram que isso será possível por meio do implante coclear, eles em geral o farão”.

2.1.2 A surdez enquanto diferença

Em contraponto aos que tratam a surdez como deficiência estão os que a reconhecem como diferença. Esta concepção é defendida pelos estudiosos e profissionais das ciências humanas, podendo ser incluídos nestes professores e outros profissionais da educação, desde que entendam surdez como diferença.

É preciso esclarecer que, se buscarmos em todo o mundo, junto aos profissionais da educação, suas opiniões do que é a surdez, teremos muitos que a defenderão como deficiência. Isto é algo subjetivo, que não pode ser imposto, mas, muitas vezes, é tão somente falta de informação ou formação destes profissionais.

Tratando-a como diferença, abre-se um leque de discussões sobre como possibilitar a inclusão. Primeiro, porque diferentes somos todos nós. Nenhum ser é idêntico ao outro, e desta forma fica difícil falar sobre o que é ser igual ou diferente. Ser diferente é algo tão natural quanto existir. Mas, por que as pessoas surdas são tão discriminadas e excluídas pela sociedade? O impedimento sobre o diferente ser “normal”, neste caso, dá-se pelos padrões de beleza? Pelo modo de se comunicar?

Quanto à beleza, todos nós estamos sujeitos a sermos barrados pelos padrões. Além do mais, pessoas surdas não apresentam nenhuma diferença corporal visível, a não ser aquelas que qualquer outra pode apresentar.

Quanto ao modo de se comunicar, os surdos possuem uma língua própria, o que é normal, já que somos centenas de nações com línguas próprias.

Temos que perceber que lidamos com as diferenças a todo o momento, de uma forma tão natural que nem ao menos a percebemos. Deste modo, a surdez deveria ser vista como uma das mais variadas diferenças e ser tratada como as demais, de forma natural e até mesmo construtiva para si próprios.

Então, voltamos a nos perguntar: o que poderia explicar tal discriminação, isolamento, exclusão? Talvez seja o despreparo da sociedade para lidar com as diferenças, se adaptar a elas, se comunicar com as pessoas surdas, perceber que elas têm problemas, alegrias e tristezas iguais a todos nós.

A família é a primeira responsável pelo futuro tratamento dado à surdez de seu filho, mesmo porque é ela que fará as primeiras escolhas sobre o futuro desta criança. A família de um surdo, ao receber o diagnóstico, ouvirá inúmeras versões, soluções, problemas, críticas, sobre como tratar e lidar com surdez.

Se a família compreender e aceitar que a surdez é apenas uma diferença e, como toda diferença, só precisa ser conhecida, serão apresentadas soluções para a comunicação com o surdo, cabendo a ela estudar, conhecer e se adaptar, permitindo um desenvolvimento saudável para esta criança. “Se lhes afirmam que o filho falará pelo uso da língua de sinais, eles tentarão aprender essa língua.” (SANTANA, 2007, p. 14)

Toda e qualquer solução será tomada a partir da visão da família sobre um contexto que envolve não somente família, como escola e toda a sociedade em geral. Também serão colocadas na balança questões como o poder aquisitivo da família, capacidade

psicológica para lidar com a diferença, entre outras.

A nós não cabe julgar as famílias por suas escolhas, mas, enquanto educadores, devemos lidar com cada uma das formas mais naturais e proveitosas para a criança, já que é a escola que abrirá as portas da inclusão propriamente dita.

2.1.3 Afinal, o que dizer sobre a surdez?

Analisando mais profundamente estas duas concepções, podemos afirmar que ambas estão corretas, já que a surdez é uma deficiência, mas deve ser tratada como uma diferença que só precisa ser compreendida e aceita. Confrontando ambas as concepções, somos postos frente à outra discussão, como afirma Santana (2007, p. 22, grifos da autora):

Não podemos esquecer que o embate entre essas duas grandes frentes tem como base a legitimação da decisão sobre o que é ser 'normal' e os mecanismos capazes de transformar a 'anormalidade' em 'normalidade'. Se, por um lado, normalizar implica *fazer ouvir* para *fazer falar*, por outro, implica assumir o estatuto dos gestos (sistematicamente organizados) como língua [...].

Deste modo, como vimos anteriormente, a família representa um grande peso nesta discussão, pois ambas as concepções nos sugerem adaptação, e adaptação significa mudança. Se a família decidir fazer o implante coclear, estará permitindo à criança ouvir e desta forma se adaptar à sociedade dita como "normal". Por outro lado, se a família decidir que o melhor é fazer o uso da língua de sinais para se comunicar com esta criança, estará se permitindo adaptar a essa nova realidade.

2.2 CARACTERIZANDO A SURDEZ

O trabalho com a surdez exige de seus envolvidos conhecimento sobre o assunto. Vamos acompanhar a definição de

alguns termos que envolvem o trabalho com os deficientes auditivos em geral. Segundo Fernandes, Luft e Guimarães (1995), a surdez é a perda total ou parcial da capacidade de ouvir. Ela pode ser congênita ou adquirida.

A surdez ainda pode ser classificada como **unilateral**, quando atinge apenas um ouvido, ou **bilateral**, quando os dois ouvidos são atingidos. Segundo Coelho, Silveira e Mabba (2012, p. 5), o "Decibel (dB) é a unidade de amplificação utilizada para medir a potência do som. Essa classificação se dá através da correspondência da potência do som que pode ser distinguida do silêncio".

Acompanhe a seguir os níveis de surdez:

TABELA 1 – NÍVEIS DE SURDEZ

GRAU DE COMPROMETIMENTO	DECIBÉIS	CARACTERÍSTICAS
Audição Normal	De 0 a 15 Db	
Surdez Leve	De 16 a 40 dB	Dificuldade para ouvir o tic-tac do relógio, ou cochichos.
Surdez Moderada	De 41 a 55 dB	Dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro.
Surdez Acentuada	De 56 a 70 dB	Dificuldade para ouvir uma conversa normal.
Surdez Severa	De 71 a 90 dB	Dificuldade para ouvir um telefone tocar ou o ruído de máquinas de escrever, por exemplo.
Surdez Profunda	Acima de 91 dB	Dificuldade para ouvir o ruído de um caminhão, máquina de serrar madeira ou o ruído de um avião decolando.

FONTE: Adaptado (INES, 2008 apud COELHO; SILVEIRA; MABBA, 2012, p. 6-7)

É considerado surdo de fato o indivíduo diagnosticado com surdez severa ou profunda.

2.2.1 Nomenclaturas

Muitas vezes, ao nos depararmos com pessoas surdas, não sabemos como nos dirigirmos a elas. Isso se deve pelo fato de que, ao longo dos anos, diferentes termos

foram utilizados. Mas, afinal, qual é o termo correto a ser utilizado? Surdo, surdo-mudo ou deficiente auditivo? Surdo é a expressão mais utilizada, correta e aceita, especialmente entre os próprios surdos. Isso se explica pelo fato de que, para eles, não há problema ou vergonha alguma em ser surdo. Talvez, para alguns de nós este termo possa nos transmitir insegurança, por parecer grosseria ou falta de educação, mas, na verdade, é o modo mais educado a ser falado.

Surdo-mudo é, sem dúvida, a terminologia mais criticada e menos passível de ser aceita. Isso porque “estudos já realizados comprovaram que o surdo pode, sim, falar ou emitir sons. Sendo assim, toda pessoa que emitir som não pode ser considerada muda”. (COELHO; SILVEIRA; MABBA, 2012, p. 4-5)

Deficiente auditivo também é um termo aceito, mas não especifica a surdez. Se pensarmos, qualquer pessoa que fuja do que nos é considerada a audição normal (de 0 a 15 dB) pode ser considerada deficiente auditivo. Deste modo, a expressão mais correta é surdo, ou ainda, deficiente auditivo. Surdo-mudo deve ser abolido de nosso vocabulário.

2.3 LIBRAS E A COMUNICAÇÃO COM/ ENTRE OS SURDOS

A convivência e o trabalho com pessoas surdas, que optaram por aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras), exigem de seus envolvidos, ao menos, o domínio básico desta língua. Para aprendê-la não basta apenas ter vontade, exige também uma série de pequenas condições, as quais se deve seguir. Conhecer também é fundamental, pois se trata de uma língua tida como oficial e, desse modo, possui uma fundamentação legal e parâmetros para seu ensino e aprendizagem.

2.3.1 Libras – Língua Brasileira de Sinais

Cada país possui a sua língua de sinais, que permite a comunicação entre pessoas surdas e também entre surdos e ouvintes. Libras possui suas variações regionais, tal como a Língua Portuguesa.

No Brasil, a Libras, reconhecida pela Lei 10.436/2002, é entendida como a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (ALVEZ, FERREIRA, DAMÁZIO, 2010, p. 15)

2.3.2 Parâmetros para o uso de Libras

Conforme Alvez, Ferreira e Damázio (2010, p. 15), “Como língua a Libras tem suas normas, padrões e regras próprias. Seus sinais são formados pelo movimento e pelas combinações das mãos com o espaço frente ao corpo”.

Deste modo, as mãos e o espaço a ser utilizado para a realização de um sinal são de fundamental importância para o entendimento da Libras ou de qualquer outra língua de sinais. As expressões faciais e corporais também representam grande parcela no entendimento da mesma.

2.3.2.1 Configuração das mãos

Ainda segundo Alvez, Ferreira e Damázio (2010, p. 15), “As mãos assumem diversas formas para a realização de um sinal. [...] são 63 posições diferentes, dos dedos e da mão”.

Isso significa que, para realizar um sinal, podemos utilizar várias configurações diferentes de mãos. Em determinados momentos isso pode nos parecer confuso, mas ao longo da aprendizagem percebemos

que isso facilita ainda mais a comunicação, pois um sinal pode nos lembrar de outro, dependendo da sua configuração de mãos. Por outro lado, a execução um pouco equivocada da configuração de mãos pode levar dúvida ao receptor da mensagem. Isso acontece justamente pela semelhança de alguns sinais.

2.3.2.2 Ponto de articulação

“O ponto de articulação é o espaço em frente ao corpo ou uma região do próprio corpo, onde os sinais se articulam”. (ALVEZ; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010, p. 16)

É comum perceber que durante uma transmissão de um programa televisivo com tradução para Libras, vemos apenas a região da cintura para cima do intérprete. Isso acontece pelo fato de que o ponto de articulação, onde acontecem os movimentos e gestos para a articulação dos sinais, é apenas nessa região do corpo, permitindo ao surdo uma melhor visão, acompanhamento e compreensão dos sinais.

Ainda nesta área do corpo são apresentados gestos que indicam direção/orientação.

2.3.2.3 Expressão facial e corporal

Se a configuração das mãos e o ponto de articulação são aspectos importantes para a compreensão de um sinal, as expressões da face e do corpo são ainda mais importantes. É como fazer alguém acreditar que você está falando a verdade, rindo. O receptor da mensagem não sabe se acredita ou não em você e assim fica confuso. Do mesmo modo, ao fazer o sinal de triste em Libras, você não pode fazer cara de feliz. Você estaria se contradizendo. A expressão facial deve acompanhar o sinal e fazer correspondência a ele.

Desse modo, as expressões facial e corporal “são componentes não manuais muito importantes, que participam da composição da língua de sinais, constituindo elementos diferenciadores para expressar sentimentos e determinar significados (interrogação, exclamação, negação, afirmação)”. (ALVEZ; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010, p. 16)

2.3.2.4 Libras na escola

Desde o início, focamos a importância que a família tem sobre o futuro tratamento da surdez. Se a família optar pelo implante coclear, a criança não deixará de ser uma deficiente auditiva, mas, sim, passará de surda para ouvinte. Com esta escolha, a escola não terá “desafios” significativos, pois não terá de mudar seus meios de ensino e suas ferramentas, pois todos os alunos ouvem por igual e acredita-se que, deste modo, podem aprender por igual. Já se a família optar por aprender a Libras e aceitar a surdez, estará entregando à escola uma missão: promover a aprendizagem desta criança surda em meio aos ouvintes e, mais que isso, promover a inclusão.

Temos que compreender que, quando falamos em inclusão, não falamos apenas da criança surda. Falamos da inclusão de todos, ouvintes e surdos. Segundo Fernandes, Luft e Guimarães (1995, grifos dos autores): “**Incluir**, v. tr. dir. Abranger, inserir; envolver; implicar; tr. dir. e ind. compreender; fechar; dentro; introduzir; conter. (Part. de *incluído* e *incluso*.) (Do lat. *includere*.)”

Desse modo, a inclusão é integrar a todos que vivem em um mesmo ambiente e que vivenciam as mesmas experiências. Isto implica não apenas um tradutor/intérprete de Libras dentro da sala de aula, mas, sim, que todos possam fazer uso da língua de sinais para se comunicar com o surdo. Para que isso aconteça, existem várias etapas a se seguir:

- a. Garantir ao surdo o aprendizado de Libras.
- b. Promover ao surdo o acesso ao aprendizado da Língua Portuguesa.

Este aprendizado de ambas as línguas garante ao surdo o bilinguismo, que dá a ele mais uma oportunidade de se inserir na sociedade. Geralmente, estas etapas iniciais são realizadas em salas especializadas, com profissionais habilitados exclusivamente para este fim, as quais recebem o nome de AEE – Atendimento Educacional Especializado. Daí em diante, outras etapas mais complexas e turbulentas estão por vir. Ao mesmo tempo em que frequenta as aulas do AEE, o aluno surdo deve frequentar, em período oposto, as aulas do ensino regular. É neste momento em que o intérprete/tradutor de Libras entra em cena. É por meio dele que se dá a interação ou, pelo menos, deveria se dar, já que infelizmente não é isso o que vemos. O tradutor ou intérprete é de fundamental importância, já que o professor regente não tem a obrigação de dominar a Libras.

O trabalho entre regente e segundo-professor, como se denominaria o intérprete de Libras em sala de aula, deve ser de companheirismo, pois formam uma equipe em prol de todos os alunos. Ninguém deve privilegiar uns ou outros alunos. Ambas as pessoas são professores da escola e não somente de uma turma e, muito menos, de um aluno específico.

2.3.2.4.1 AEE e o trabalho conjunto com o ensino regular

O AEE, ou Atendimento Educacional Especializado, abrange todas as deficiências, transtornos e síndromes, dando a cada uma delas atendimento pedagógico próprio. “O AEE para alunos com surdez, na perspectiva inclusiva, estabelece o ponto de partida, a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dessas pessoas, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem”. (ALVEZ; FERREIRA;

DAMÁZIO, 2010, p. 9)

No caso da surdez, “O atendimento às necessidades educacionais específicas desses alunos é reconhecido e assegurado por dispositivos legais, que determinam o direito a uma educação bilíngue, em todo o processo educativo”, como nos dizem Alvez, Ferreira e Damázio (2010, p. 9).

O AEE trabalha as duas línguas, o Português e a Libras. O objetivo principal é desenvolver no aluno surdo a capacidade de utilizar as duas línguas para a comunicação, além de permitir ao surdo conhecer o mundo dos ouvintes através da leitura.

O AEE deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a **organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processam como instrumento de interlocução e de diálogo.** (ALVEZ, FERREIRA, DAMÁZIO, 2010, p. 10, grifo meu)

No AEE são trabalhados os mesmos conteúdos da sala de aula do ensino regular, de forma que o aluno surdo possa compreender e participar das aulas, contribuindo com suas opiniões e ideias. Por isso, os profissionais, tanto do ensino regular como do AEE, devem trabalhar em conjunto para que o aprendizado da criança surda seja efetivo e promissor.

Dentro do AEE o surdo tem contato com materiais e outras ferramentas que lhe possibilitam aprender de forma natural todos os conteúdos das demais crianças de sua idade, além de ter acesso ao aprendizado e aperfeiçoamento de ambas as línguas das quais fará uso ao longo da vida.

O AEE em Libras fornece a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula. Esse atendimento contribui para que o aluno com surdez

participe das aulas, compreendendo o que é tratado pelo professor e interagindo com seus colegas. (ALVEZ; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010, p. 12)

Um ponto a ser esclarecido é a quantidade e as funções de cada um dos profissionais envolvidos com o aluno surdo. Como vimos, temos no AEE o profissional especializado em Libras, trabalhando individualmente ou em pequenos grupos com o aluno surdo. Este profissional é o responsável por trabalhar os mesmos conteúdos do ensino regular, mas, especialmente, preparar o aluno em Libras e Língua Portuguesa.

Temos ainda o professor de sala de aula do ensino regular, que faz o trabalho pedagógico com toda a turma, inclusive com os alunos surdos. Cabe a ele desenvolver ações para promover o aprendizado de seus alunos sobre os mais diversos temas.

No caso da surdez, o aluno tem direito a um intérprete/tradutor de Libras. Este profissional dentro da sala de aula recebe o nome, em algumas localidades, de segundo professor, pois a ele cabe a função de intermediar as relações entre alunos, professores e surdos. Deve ficar claro que o intérprete não está lá apenas para o trabalho com o aluno surdo, mas sim com toda a turma.

Portanto, ambos os profissionais de sala de aula do ensino regular devem trabalhar em conjunto, sendo que nenhum é professor exclusivo de um ou de outros alunos. Ambos são professores da escola, da turma e do aluno surdo.

Desse modo, deve-se eliminar de vez a hierarquia existente dentro da sala, onde professor regente manda e segundo professor obedece. Para permitir o acesso de todos à Libras e conseqüentemente à comunicação com o surdo, nada de o segundo professor e surdo ficarem isolados no fundo da sala. O aluno surdo deve ficar em meio aos demais alunos, bem como o intérprete ou segundo

professor, à frente da sala, como o professor regente. Isso permite não só a visualização de ambos os professores pelo aluno surdo, como também pelos demais alunos, que, ao longo do tempo, já terão um conhecimento básico em Libras, o que os levará à tentativa e à efetivação da comunicação com o colega surdo.

Devemos ressaltar a importância de cada um dos três profissionais na inclusão das crianças surdas, e mais que isso, da importância do trabalho em conjunto de todos. É o que nos dizem Alvez, Ferreira e Damázio (2010, p. 12): “A proposta pedagógica deve possibilitar a ampliação da relação dos alunos com o conhecimento [...]. Para que os [sic] construam conhecimentos, as aulas devem ser planejadas pelos professores das diferentes áreas”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Família e escola. Duas entidades de grande responsabilidade na inclusão das pessoas surdas na sociedade. A família define se a surdez ganhará tratamento clínico ou se será aceita de forma a mudar todo o futuro da própria família e de todos os envolvidos na vida social dessa criança. A escola abrirá as portas da sociedade ao surdo, por meio do bilinguismo.

Para que o surdo possa ter acesso real à sociedade, várias etapas devem ser vencidas, desde o domínio da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa dentro do Atendimento Educacional Especializado, até o aprendizado dos conteúdos curriculares do ensino regular, dentro da sala de aula, juntamente com seus colegas ouvintes. Sabemos e salientamos a importância de todos os profissionais envolvidos neste processo e, acima de tudo, do companheirismo entre eles.

Mesmo diante de estudos sobre como fazer a inclusão da surdez, ainda

encontramos muitas dificuldades para vencer estas etapas e alcançarmos verdadeiramente a inclusão. A questão já não se limita mais aos métodos, mas sim na efetivação dos mesmos por meio dos profissionais envolvidos.

Analisando muitas destas publicações, opiniões e vivências reais, podemos formular algumas sugestões daquilo que deveria ser o ideal. A questão em foco é a utilização da Libras de forma tão fluente quanto o Português, o que permitiria aos surdos a fácil comunicação com qualquer pessoa e, conseqüentemente, serem incluídos de forma natural e automática na sociedade. Já sabemos que a escola é o ponto de partida para todo esse processo. Mas como fazê-lo? A resposta, mais uma vez, é a escola.

Se desde a educação infantil todos tivessem acesso à Libras e esta fosse trabalhada efetivamente em todos os níveis da educação como disciplina e segunda língua, aos poucos se tornaria tão comum quanto a própria Língua Portuguesa. Dentro de alguns anos, todos fariam uso da língua de sinais e essa deixaria de apresentar-se como desafio.

Teríamos, é claro, que partir da formação contínua dos professores já atuantes e dos ainda em formação na Libras. Isso implica não somente fornecer esta formação, mas também mudar o modo de pensar e atuar destes profissionais, além da fiscalização por parte dos governantes e órgãos públicos responsáveis para a garantia da formação.

Aos poucos, o AEE deixaria de atender alunos com surdez, abrindo mais espaço para o atendimento de outras necessidades, síndromes e transtornos mais necessitados de acompanhamento. Já não seriam necessários intérpretes, tradutores e segundos professores de Libras, pois todos, alunos e professores, já teriam o domínio da mesma.

Os surdos já não se sentiriam excluídos e teriam a liberdade de ir a qualquer lugar e falar com qualquer pessoa, no momento em que desejassem, pois saberiam que seriam compreendidos. E, desse modo, já não existiriam mais discussões, planos e metas para a inclusão do surdo, pois esta já estaria acontecendo a todo o momento.

Por fim, a surdez seria algo tão natural que já não apareceria mais entre estudos, pesquisas e publicações sobre a inclusão social, a não ser como histórico e exemplo para a inclusão das demais deficiências.

Sugestões não faltam. Basta que sejam ouvidas e colocadas em prática. Utopia? Não. É possível. Só temos que querer, e isso parte de nós, educadores, na busca pelo conhecimento e pela formação. Não esperemos de braços cruzados, vamos à luta e sejamos exemplo para outros educadores.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2010.

COELHO, Kátia Solange; SILVEIRA, Maria Dalma Duarte; MABBA, Juliana Pereira. **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS.** Indaial: Uniasselvi, 2012.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo.** 39. ed. São Paulo: Globo, 1995.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas.** São Paulo: Plexus, 2007.

